

9  
1903-30  
90  
CONGRESSO COLONIAL NACIONAL

CONFERENCIAS PRELIMINARES

XII

5083.

CONSIDERAÇÕES GERAES SOBRE HISTORIA COLONIAL

ESBOÇO GEOGRAPHICO-HISTORICO

DOS

TERRITORIOS PORTUGUESES ENTRE O INDICO E O NYASSA

Conferencia realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa  
em a noite de 6 de Novembro de 1901

POR

VICENTE ALMEIDA D'ÊÇA

S. S. G. L.

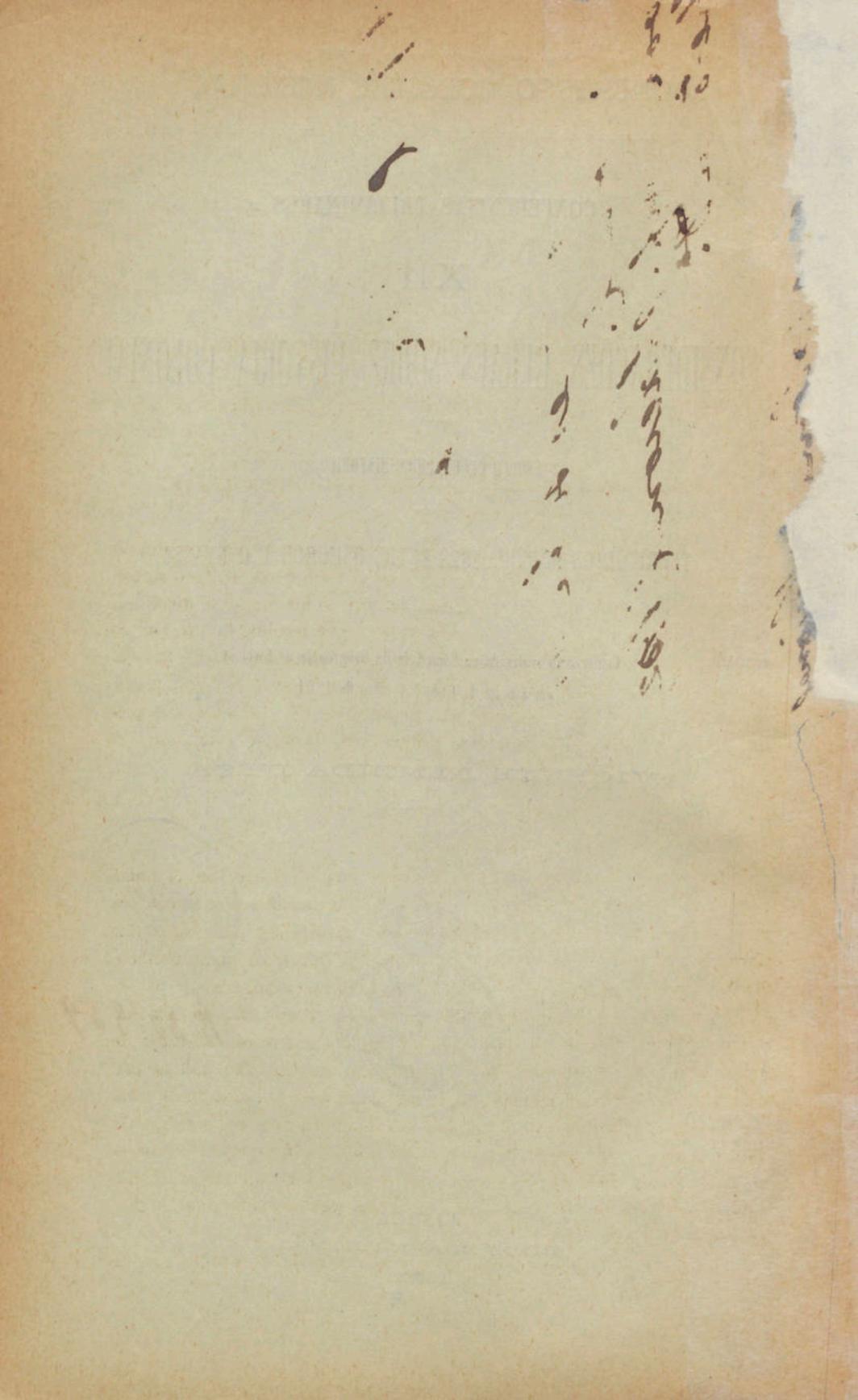


B. 30.859

LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1902



## CONSIDERAÇÕES GERAES SOBRE HISTORIA COLONIAL

ESBOÇO GEOGRAPHICO-HISTORICO DOS TERRITORIOS PORTUGUESES ENTRE O INDICO E O NYASSA

Conferencia em 6 de novembro de 1901

Agradeço, Sr. Presidente, as palavras com que V. Ex.<sup>a</sup> se dignou apresentar-me a esta illustre assembléa. Agradeço-as ao meu antigo commandante, que no serviço naval sempre soube ligar a disciplina com a estima pelos seus subordinados; agradeço-as ao amigo de muitos annos que d'essa amizade tantas provas me tem dado. Receio, porem, que ella tenha feito persuadir a V. Ex.<sup>a</sup> haver no meu trabalho merecimento que realmente não possui. Oxalá que, na sua desvalia, elle não desminta o lisonjeiro prognostico do nosso Presidente.

### I

Os povos primitivos, em communhão mais intima com a Natureza que os das subseqüentes epochas de civilização, e sabendo por isso conhecê-la ou antes senti-la melhor, exprimiam por vezes, em phrases que pareciam symbolicas, asserções que mais tarde a sciencia dos civilizados veiu a reconhecer como puras verdades.

Assim é que a antiguidade affirmava ser a Terra filha do Oceano, e com effeito não só é hoje sabido como a superficie habitada do nosso globo foi a pouco e pouco emergindo da vastidão das aguas, mas ainda, e essa é a filiação mais importante, a herança mais rica, verificou-se modernamente a notavel lei historica dos *tres meios*, pela qual dos tres grupos de civilização, o *fluvial*, o *mediterrânico* e o *oceânico*, só estes dois e principalmente o ultimo, porque tiveram por theatro o Mar, deram resultados de importancia maior para o progresso da Humanidade.

Vinte e tres seculos durou a era mediterrânica, desde que os

Phenicios, estabelecidos em estreita faixa ao sopé do Libano, estenderam pelo Mar Interior a vasta rede das suas feitorias, até que os descobrimentos dos seculos XV e XVI da nossa era deslocaram para o Atlantico primeiro, para o Indico e o Pacifico depois, o centro da actividade humana, ou melhor da actividade da Europa, facultando aos filhos d'esta parte do mundo o exercerem nelle a hegemonia que nas civilizações fluviaes fôra mantida por outras raças.

Dura a epoca oceanica apenas ha cinco seculos, e já cuidamos que tudo temos feito, que tudo temos descoberto, que nada mais ha que tentar, que o povo iniciador d'essa epoca acabou já de representar o seu papel. Foi sempre assim: cada homem, cada agremiação, elos pequeninos na extensissima cadeia dos acontecimentos, para quem o mundo se circumscreve em estreito ambito, que medem o tempo pela brevissima duração da sua existencia, não presentem que os seus trabalhos, as suas alegrias e as suas dores são apenas elementos infinitesimos, que elles, collaboradores inconscientes da obra grandiosa, fornecem á marcha ascendente do progresso.

Podem certos povos decaír momentaneamente, podem as formas externas do Estado, como organismo social, modificar-se, obliterar-se mesmo, pela absorpção de outro Estado. Mas d'ahi até á aniquilação completa, á morte politica, vae grande distancia. Quando um povo conseguiu uma vez fazer casa á parte na partilha da Terra, quando elle se affirmou por algum feito importante, d'esses que determinam marcos milliaros na estrada da Historia, esse povo tem vitalidade propria, que não é facil destruir; e quando mesmo a personalidade externa desapareça, o seu corpo subsiste nos herdeiros da sua vida physica, e a sua alma perpetua-se nos que depois viverem á custa das suas tradições politicas.

Veem estas considerações, e bem comezinhas são ellas, a proposito da descrença, proclamada em certos meios nossos, aliás de uma intellectualidade apreciavel, acêrca de nos ser possivel continuar a acção ultramarina. Duvida-se que os Portugueses, depois de terem iniciado a epoca oceanica e de terem, na historia d'essa epoca, escrito paginas de tão grande importancia, possam ainda fazer alguma cousa. Ás criticas superficiaes de estranhos, que de nós e dos nossos processos maldizem para mais facilmente se justificarem de nossos herdeiros, damos ouvidos complacentes por um sestro que é muito nosso, e cerramo-los áquelles, de entre esses mesmos estranhos, que mais profundos nas suas investigações historicas, ou mais sinceros na apresentação dos resultados d'ellas, proclamam o valor e a efficacia da acção portuguesa no Ultramar, e nos aceitam por collaboradores preciaes não muito que ainda ha que trabalhar.

## II

Um estudo interessante que haveria a fazer seria o dos *erros convencionaes da nossa historia colonial*. Quem tivesse a profundeza de vistas, toda germanica, entrançada com a leveza de exposição muito franceza de Nordau, que a respeito dos erros convencionaes da nossa civilização escreveu cousas tão paradoxaes e ao mesmo tempo tão interessantes, poderia fazer esse estudo, que seria por igual ameno e proveitoso, se lhe juntasse a sufficiente dose de boa fé que por vezes falta ao austriaco.

É claro que não seria eu que fizesse a tentativa, pois bem conheço quanto me falham essas qualidades. Mas em linguagem chã, e só com o emprego da *boa fé*, que no dizer de Montaigne deve ser o melhor condimento dos livros, peço licença para apontar algumas d'essas afirmações que se teem perpetuado na *nossa critica historica da acção portuguesa no Ultramar*, e que eu reputo exageradas, ou menos exactas.

Os erros dos nossos antepassados em materia colonial! Apreciam-se os *systemas* empregados nas differentes epochas e nas diversas regiões, despem-se as roppagens, arrepiam-se as visceras, dissecam-se os musculos e põe-se a nu o esqueleto para lhe apontar as deformidades. Suppõe-se que houve *systemas*, que pode haver *systemas* de colonização, e não se vê que essa palavra tomada no sentido estreito que se lhe quer dar, para mais facilmente applicar a censura, que essa palavra é apenas um elemento de estudo, uma rubrica que nos serve para agrupar e classificar factos mais ou menos ligados entre si, ou pela analogia ou pela existencia contemporanea d'elles, sem que seja exacto que os nossos maiores se fechassem nos seus gabinetes de estudo architectando planos, deduzindo theorias, e que depois as cousas se fizessem cega e inflexivelmente em observancia das regras do *systema*, que portanto vinha a produzir os resultados desastrosos, consequencia logica do erro fundamental. Nem houve *systemas*, nem a critica dos factos se pode fazer pelo que d'elles vemos hoje, mas sim pelas vantagens ou inconvenientes que elles tiveram no seu tempo, e pelas razões maiores que lhes deram origem.

Exemplo: que estabelecer as feitorias e os pontos de occupação á beiramar e muitas vezes em ilhas, junto á costa, era um *systema* e *systema* errado; e aponta-se a cidade de Anna de Chaves á beira de um pantano, quando devia ser a meia encosta; a cidade de Moçambique numa ilha pequena, sem que os governadores mandassem

realmente na terra firme que lhe fica defronte; Loanda á beiramar, com o sertão desamparado; e dez casos semelhantes.

Pois, senhores, este apontado erro não só era um acerto, mas era mesmo o *unico* modo de proceder que nessas epochas se tornava possível. As nossas feitorias estabelecidas ao longo da costa de Africa, desde Arguim até Mombaça, foram durante muito tempo um collar de postos exclusivamente de commercio com os indigenas: o que era necessario era a communicação rapida e segura com a metropole, portanto o porto maritimo, onde se desembarcasse e onde se descarregasse e carregasse facilmente os artigos d'essa permuta. Se os indigenas vinham trazer a esses pontos o ouro, o marfim e os escravos, para que seria necessario ir buscá-los ao sertão? Demais alguns d'esses portos eram acima de tudo escalas para a carreira da India; aguada, refrescos, reparo das naus destroçadas pelo mau tempo, ou arribada á espera de monção favoravel, era o que principalmente se ia procurar. De certo não prestariam taes serviços estações no interior das terras.

Mas, diz-se, se os nossos maiores tivessem occupado o sertão, se não descansassem em direitos historicos, fundados em bullas pontificias que o andar dos tempos havia de tornar menos respeitadas, não soffreriamos hoje a espoliação da soberania d'esses territorios que affirmamos nossos, por outros povos europeus que pela retaguarda nos atacam, e como que procuram entalar-nos de encontro ao mar. Resta saber se os nossos maiores tinham forças para o fazer em grau tão completo que conseguissem evitar as invasões de hoje em dia; logo direi que não tinham e o porquê. Mas quando as tivessem, bem claro se vê que tal não era necessario para a epocha, e portanto bem andaram os nossos antecessores procedendo d'aquella maneira; as cousas boas são só as que vêm em tempo competente.

E que estabeleciam essas feitorias em pontos insalubres, com ignorancia ou desprezo profundo das mais rudimentares noções de hygiene. Queria-se então que os nossos maiores adivinhassem o que só hoje se começa a saber... Ora, segundo ouço aos que mais conhecem do assumpto, parece que, a bem dizer, toda a orla maritima da Africa é insalubre; não são algumas dezenas de metros em altitude que modificam sensivelmente as condições de habitabilidade para o europeu, por forma a torná-lo indemne ao impaludismo; é necessario subir centenas de metros, e taes altitudes só se encontram no planalto interior, onde os nossos maiores não se estabeleceram pelas razões apontadas.

Mas, é curioso, esses mesmos que se queixam dos erros dos nossos chamados *systemas* coloniaes dos tempos aureos, não deixarão de

empregar, quando julguem a talho de foice, uma phrase que parece até já passou em julgado—o *pouco que nos resta do nosso antigo imperio ultramarino*. Parece que foi nosso todo o Hindustão, toda a America do Sul, toda a Africa de costa a costa, mas nosso como o é Portugal desde o Minho até ao Guadiana, com occupação, posse efectiva e correspondente proveito de todas essas vastissimas regiões.

Ora não ha nada mais inexacto. Deixo a India e o Brasil para me limitar apenas á Africa, e direi que o que ali *possuimos* hoje, depois de todas as espoliações e de todas as rectificações de fronteiras, é mais, muitissimo mais, do que nunca anteriormente possuiramos. Basta considerar o mappa de Angola. Ao norte fomos até S. Salvador e retirámos depois. Na costa o Ambriz foi occupado na segunda metade do seculo que findou, e d'ahi até ao Zaire nada tinhamos. Do Ambriz a Loanda nem sequer se podia ir pela beiramar, porque o Mossulo não consentia. Para o interior só ao longo do Quanza subimos algum tanto a partir do seculo XVII, não indo mais longe que Pungo Andongo. De Benguella para o sul nada *possuimos*, e foi preciso esperar por Sá da Bandeira para se occupar Mossamedes.

Deixemos, pois, o estafado tropo, e convençamo-nos de que hoje, o *que nos resta* do nosso imperio colonial em Africa, é, cem, mil vezes superior em extensão ao que *possuimos* ha cincoenta annos.

E veja-se o que pode o espirito de contradicção. Por vezes alguns dos que lamentam as perdas que temos soffrido no nosso imperio colonial, affirmam que nós, Portugueses, *nada temos feito* nas colonias! Sae de Lisboa a bordo de um paquete um d'esses pessimistas da nossa historia colonial, e porque chega á Guiné e não vê uma rede perfeita de navegação dos seus rios, e porque desembarca em Loanda e não observa tramvias electricas, e porque visita Lourenço Marques e não encontra docas e pontes em abundancia, logo proclama que na nossa Africa *nada* absolutamente temos feito. E fazem comparações com o que viram no Cabo e no Natal, sem quere[m] saber da differença das circumstancias. Pois eu digo que fizemos muitissimo em Africa nos seculos XVII e XVIII; a nossa acção diminuiu de intensidade por causa da miseria da metropole durante as luctas da primeiro metade do seculo XIX. Entretanto os instrumentos de trabalho modificaram-se, alteraram-se radicalmente as leis sociaes, a applicação do esforço industrial soffreu profunda revolução. Queriam então que nós, sangrados na população e na riqueza por aquellas lutas tão lastimosas, pudessemos vencer tão grandes difficuldades, e continuar nas colonias a obra que não faziamos na metropole? Pode dizer-se que a nossa acção colonial, quasi morta durante mais de cincoenta annos, só recomeçou com Sá da Bandeira,

que muito desejou fazer, mas pouco conseguiu obter (se pouco é o ter salvado as colonias na questão da escravidão e da escravatura), e só veio a orientar-se á moderna com Andrade Corvo. Ora quem for de *boa fé* e comparar o que era a nossa Africa de 1830 e mesmo a de 1860 com a de hoje, certamente não dirá que ali nada temos feito.

Lembrarei ainda, por mais que o facto tenha sido apontado uma e muitas vezes, que foram Portuguezes quem fizeram o Brasil. Certamente ninguém imagina que o Brasil de hoje começou com a independência; já existia e já estava feito. Subindo o Amazonas, proximo da fronteira do Peru, encontra-se uma fortaleza toda construida de cantaria do reino e ainda com peças de artilharia levadas das nossas fundições; pasma-se de como foi possível conduzir até tão grande distancia esse pesado material. Fizeram-no os nossos antepassados, como fizeram muito mais, desde as fazendas perfeitamente organisadas do Pará até ao arsenal da Bahia, e ás explorações de Minas Geraes. E foi até porque tanto fizeram os Portuguezes no Brasil, que não puderam desde logo fazer obra igual em Africa. Mas para o nosso caso, para a apreciação do *erro convencional*, o facto fica de pé: quem fez o Brasil é certamente um povo colonizador.

Muito mais quereria dizer-vos, se tivesse o condão de poder dar forma agradável ao thema de que apenas deixo apontados alguns topicos. Antes, porém, de passar ao assumpto principal d'esta minha communicacão, desejaria eu tocar num ponto, a respeito do qual me parece que ha tambem um *erro convencional* que muito conviria dissipar. Tão melindroso, porém, é elle que nem sei se me atreva a citá-lo. Mas a vossa benevolencia, Senhores, e a segura egide de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, me protegerão para que não me desmande. Direi, pois, que não me parece justificada a asserção: *o mal das nossas colonias está no Terreiro do Paço*. Affirmar-se que na administração superior das colonias, exercida pela metropole, não ha senão erro, ignorancia, má vontade ou cousas ainda peores, parece-me profundamente inexacto e injusto. Pois não contamos nós, aqui, no nosso gremio, e entre os mais fervorosos adeptos do Congresso Colonial, exactamente muitos dos mais elevados funcionarios da nossa administração central do ultramar? Ha, porventura, um modulo inflexivel, uma craveira rigorosa para medir as aptidões administrativas, á qual fatalmente não possa chegar quem nunca tenha saído a barra? É conhecida entre os officiaes de marinha a lenda de certo *bahu* que sete vezes dobrou o Cabo da Boa Esperança sem ter conseguido aprender a conhecer o tempo. Pois bem, muitos bahus de carne e osso vão e veem das nossas provincias ultramarinas, sem por isso fi-

carem sabendo mais de administração colonial. Para mim as aptidões administrativas exigem primeiro que tudo um trabalho — o estudo profundo do que se tem feito e o conhecimento ponderado dos meios com que se pode contar para fazer mais e melhor; e em seguida energia sufficiente para realizar o plano traçado, sem desanimo pelas difficuldades que surgem, mas também sem inflexibilidade excessiva que não queira limar as pequenas arestas. Ora, quando se tem essas qualidades, ter ido ou não ter ido ás colonias parece-me de importância secundaria; indispensavel é *saber* o que lá se passa. Se o administrador esteve no Ultramar, mas é ao mesmo tempo estudioso e energico, produz trabalho util, como o fez quem preside a esta assembléa. Mas se, não tendo ido ao Ultramar, o conhece bem pela applicação da sua intelligencia superior e do seu trabalho indefesso, pode também realizar obra util, como o fez outro que me dá a honra de ouvir-me, e a cujo profundo saber em assumptos coloniaes prestam homenagem quantos no nosso país se occupam d'elles. E o que digo dos chefes da administração ultramarina, digo-o dos subalternos, por forma que, em minha opinião, condemnar tudo quanto sae do Terreiro do Paço, só porque de lá sae, parece-me erro de critica, que convem extirpar. Discutir livremente, mas com argumentos, é bom; censurar a todo o transe quanto não é da nossa officina, ou não tem a chancellia da nossa casa, parece-me mau.

### III

Passo agora a illustrar algumas das considerações que deixo feitas, com o estudo, ou antes rapido esboço, de uma região da Africa oriental portuguesa.

Dos nossos geographos antigos foi sem duvida Fr. João dos Santos quem primeiro nos deu noções algo desenvolvidas dos territorios mais tarde conhecidos com o nome de Cabo Delgado. Para ser mais exacto, na *Ethiopia Oriental* apenas se encontram noticias, relativamente certas, das ilhas existentes ao longo d'essa costa; pois que da região do interior só se diz que «a terra firme que corre ao longo das Ilhas de Querimba e de Moçambique até Cabo Delgado, toda é povoada de barbaras nações de cafres, de cabello revoltado, gentios, e os mais d'elles *maciás* furados e pintados... Pela costa dentro d'este cabo está o reino de *Mongollo*, cafre gentio, senhor de muitos vassallos; suas terras são fertilissimas e abundantes de mantimentos». E noutro ponto diz chamarem-se terras de Embeoe as que correm pelo

sertão dentro da costa das Ilhas de Querimba, e cita o nome do rio Miluane que diz existir na terra firme.

Das ilhas descreve Fr. João dos Santos, indo do sul para o norte, a das Cabras (hoje conhecida pelo nome indigena de Quisive), Fumbo, Querimba, Ibo, Matemo, Macoloe, Xangá (ou Quissanga), Melinde (que não sei qual seja), mais duas das quaes não diz o nome, e finalmente a ultima, a que dá o nome de ilha de Cabo Delgado, e que diz estar situada tres ou quatro leguas ao mar do mesmo cabo.

Digamos desde já que ao tempo em que Fr. João dos Santos as visitou (fins do seculo XVI) estas ilhas eram possuidas por portuguezes, cujos nomes o escriptor aponta, dando a entender que cada um d'elles era *senhor* independente da sua ilha. E assim continuou a ser por muito tempo, pois só no meado do seculo XVIII se propôs a criação de um governo das Ilhas de Querimba ou de Cabo Delgado.

Vê-se, pois, e é este o primeiro ponto para que chamo a vossa attenção, que de uma tão vasta extensão como é essa que se estende do sul ao norte, entre os rios Lurio e Rovuma, e de leste a oeste, entre o Indico e o Grande Lago, durante os tres seculos que vão desde a descoberta até á instituição do governo de Cabo Delgado, nós só occupamos as ilhas do litoral; do interior apenas havia noções vagas, pouco mais ampliadas no meado do seculo XVIII, sobre as que recolhera Fr. João dos Santos.

Aqui temos então um exemplo d'aquelle caso que merece tanta censura a alguns dos nossos criticos de historia colonial, como ha pouco disse: não occupamos senão umas ilhotas, e ficou todo o sertão tal como estava, entregue aos seus regulos indigenas. Pudera! Não era necessario para os fins commerciaes da epoca, e sobretudo não era possivel, com os meios pessoas de que se dispunha, occupar mais.

E assim se continuou por muito tempo ainda. Só muito mais tarde, em 1858, se tentou a colonização de Pemba, que abortou, e por essa occasião alguns regulos proximos prestaram vassallagem. Essas vassallagens continuaram com intermitencias, e só foram mais numerosas, e feitas por chefes indigenas sertanejos e até da margem do Nyassa, com as expedições dos dois Cardosos, em 1885 e 1887, o que é dos nossos dias. E foi em 1887 que a longa controversia diplomatica, travada com o sultão de Zanzibar, teve por epilogo a tomada de Tungue e com ella o estabelecimento da primeira auctoridade permanente portuguesa na terra firme do districto de Cabo Delgado.

Se tão restrictas eram as occupações até ha dez annos, pode ver-se que bem superficial devia ser o conhecimento directo de uma região que, dentro dos limites acima apontados, tem uma extensão

proximamente igual á de duas vezes e meia a do nosso Portugal. Sabia-se regularmente a configuração da costa e das ilhas adjacentes, como o mostra a carta de Palma Velho, de que está presente uma copia; conhecia-se de ha muito a situação do Lago, muito antes de Livingstone lá ter ido; mas pouco se sabia do interior.

Hoje mesmo, apesar do trabalho geographico muito valioso ali realizado por nacionaes e estrangeiros, é claro que não se conhecem ainda minucias; mas os traços geraes parece-me que já podem apresentar-se, e é o que vou tentar fazer em brevissimas palavras.

#### IV

É o Rovuma, até á sua confluencia com o Msinge, que, nos termos dos Tratados, limita pelo norte as possessões portuguezas na Africa Oriental, e, portanto, os territorios de que me estou occupando. Diz-se que o Lugenda é um affluente do Rovuma; mas considerando a grande massa de aguas e a extensa bacia hydrographica do Lugenda, talvez se venha a verificar ser mais acertado considerar este como o rio principal, de que em certa altura seria affluente o Rovuma superior.

O Rovuma ao N. e o Lurio ao S. limitam d'esses dois lados os territorios. O primeiro d'estes rios já tem sido bastante percorrido, reconhecendo-se que, apesar do volume das suas aguas, apenas é navegavel para embarcações fluviaes, e assim mesmo somente no seu curso inferior. Quanto ao Lurio é elle menos conhecido. Entre este e o Rovuma dois outros rios de uma certa importancia desaguam no mar: o Montepuez e o Messalu.

A esta hydrographia corresponde uma orographia que dá approximadamente a divisão dos territorios em quatro ou cinco grandes regiões: a das planicies, chamadas dos Makondes, que se estende a um e outro lado do Rovuma inferior, e na parte portuguesa vem até á Quissanga, sendo, portanto, baixa a correspondente orla maritima; o massiço do Medo-Mualia, para o qual se sobe gradualmente desde Pemba; o systema ou massiço dos montes Changari ou Jangau, de cuja vertente oriental sae o Messalu, saindo da occidental os principaes affluentes da margem direita do Lugenda; de Mtarika para o sul, talvez uma região especial de planicies levemente onduladas, que vae até ás lagoas do Amaramba e Chiúta e sobe ás cabeceiras do Lurio; finalmente o grande massiço, bem caracterizado, dos montes Ajaus, cujas vertentes occidentaes descem quasi a prumo sobre o lago Nyassa, ao passo que pelo nascente successivas serranias, com

os seus contrafortes, dão origem aos valles do Msinge e do Luchiringo e ainda aos que fornecem passagem a diversos affluentes da margem esquerda do Lugenda.

Das ilhas adjacentes já disse alguma cousa, e apenas acrescentarei que d'ellas se podem contar até vinte e sete, afora diversos ilheus e pedras; todas as ilhas são rasas, ou quasi, e algumas muito férteis.

Quanto á linha da costa, farei notar a sua feição característica, que aliás se observa tambem até um pouco ao sul de Moçambique, e que tanto contrasta com o resto da costa da provincia: a abundancia e relativa excellencia dos portos e bahias. Não falando no porto do Ibo e nos ancoradouros que dão accesso ás outras ilhas, podem-se contar, com o Tungue ao norte e a foz do Lurio ao sul, doze ou quatorze portos e bahias, que permitem boa communicação com a terra, a todos sobrelevando a magnifica bahia de Pemba, de que logo direi duas palavras.

Dotou largamente a natureza estes territorios com os variados productos tropicaes da flora e da fauna, entre os quaes citarei os chamados ricos, o café, a borracha, o algodão, a cana do assucar, a cera e o marfim. Do primeiro d'elles notarei que o *caffea Ibo* é, segundo a classificação mais recente, uma das quatro principaes especies cultivadas ou aproveitaveis. Por toda a parte, mais ou menos, e até nas ilhas, se cria espontaneamente esta planta, parecendo, porem, que as serras dos Ajaus e as cabeceiras do Lugenda são as regiões mais apropriadas para a sua exploração. Da *landolphia florida*, a segunda, na opinião dos botanicos, das trepadeiras productoras de borracha em ordem decrescente de riqueza, é *habitat* particular a planicie dos Makondes; e as amostras d'esse producto obtiveram, sem reclamo de especie alguma, a medalha de ouro na ultima Exposição Universal de Paris.

Muito mais poderia dizer sobre os productos agricolas d'estes territorios; mas o tempo corre, e eu não devo fatigar sobremaneira a vossa attenção. Por isso, offerecendo-vos no mappa que está presente uma tentativa muito rudimentar sobre a distribuição geral d'esses productos, repetirei de um trabalho meu anterior o que me parece resumir os caracteres geraes dos territorios sob o ponto de vista de colonização:

«Depois d'estas rapidas indicações pode fazer-se um esboço do aspecto geral do Nyassa portuguez, considerando esta região principalmente sob o ponto de vista do seu aproveitamento pelas forças colonizadoras.

Deixando de parte a planicie dos Makondes, pode dizer-se que o nivel do pais se vae elevando gradualmente desde a costa até ao

Lago, por modo a dar logar á divisão em tres zonas naturaes — *litoral*, *media* e *interior*, — cada uma d'ellas com caracteres bem definidos.

A primeira zona é naturalmente quente e humida, sobretudo ao N.; em todo o caso desprovida de pantanos, e portanto muito mais saudavel que outras regiões africanas sob a mesma latitude.

A largura da zona litoral é bem pequena no S., onde logo dá logar á segunda zona, que se estende até ao Lugenda e se caracteriza por uma serie de planuras cada vez mais elevadas, interrompidas por curtas serranias ou collinas isoladas, ás vezes rochedos solitarios de dimensões gigantescas e formas estravagantes. A altitude média não excede 500 metros, e os terrenos, em geral muito arborizados e bem irrigados, apresentam excellentes condições para a agricultura.

Finalmente a zona das grandes altitudes ou montanhosa, em cujos mais elevados cumes se chega a sentir frio, é caracterizada pelos montes Ajaus, e considerada de todas a mais rica naturalmente pelo que respeita á flora e á fauna.

Quanto aos elementos para a exploração agricola, podem considerar-se nos territorios do Nyassa portuguez as seguintes divisões:

Região do coqueiro, abrangendo todo o litoral;

Região das pastagens e criação de gados, desde o Rovuma até ao Messalu;

Região da borracha e da gomma copal, na bacia do baixo Messalu, mas estendendo-se para o N. até ao paralelo de Maiapa;

Região do gergelim, de Pemba ao Lurio;

Região da cera, nas collinas do Medo-Mualia;

Região do café, no alto Lugenda;

Região do marfim e do algodão, nos montes Ajaus.

Escusado será dizer que esta divisão não deve ser tomada em sentido exclusivo; muitos dos productos poderão ser cultivados em mais de uma região; por exemplo, o café, e ainda a cana saccharina que não tem região especial, e prospera em toda a parte onde ha rios, tanto no litoral como no interior.

Neste rapido esboço muito de proposito separamos o que respeita aos productos da superficie do solo e á sua distribuição geographica, da enumeração dos productos mineraes, mormente dos preciosos, de que aliás logo se dirá o mais essencial. Com effeito, por mais que a exploração do subsolo possa excitar a imaginação e mesmo materialmente produzir maior riqueza, é nossa opinião que ella, salvo raras e bem determinadas excepções, nem caracteriza um país nem é a verdadeira fonte de prosperidade duradoura. As minas do Peru, do Brasil, da California e da Australia quasi se esgotaram; mas a prodiga natureza continua offerecendo ao homem nesses países outras condi-

ções de exploração lucrativa. São a agricultura e as industrias d'ella derivadas que mais seguros alicerces fornecem para estabelecimentos fixos.

Sem exaggeros sobre a excellencia do clima do Nyassa portuguez, aliás reputado o melhor da costa oriental entre os tropicos, sem phantasias sobre a possibilidade da completa adaptação e propagação da raça branca, mormente na primeira e segunda zona, pode comtudo affirmar-se com segurança que aquelles territorios offerecem um dos mais bellos theatros para a realização de uma riquissima *colônia agricola de plantação*, conforme a nomenclatura consagrada, não falando, é claro, na consequente exploração commercial».

Esses productos do subsolo, que tanto seduzem as imaginações e por causa dos quaes tanto se convulsiona a superficie da terra, são por igual abundantes nos territorios. Podem-se até caracterizar as seguintes regiões mineiras:

*Bacia carbonifera de Pemba*, começando a uns 20 kilometros da bahia e formando uma faixa de uns 100 kilometros de N. a S., por 25 a 30 de E. a O;

*Bacia carbonifera de Itule*, a mais extensa, a um e outro lado do curso inferior do Lugenda, cuja superficie é calculada em 500 milhas quadradas, afflorando a hulha em muitos pontos;

*Numerosos jazigos de ferro*, um bem caracterizado na *região do Podo*, onde por vezes se encontram grandes depositos de minerio puro;

*Região da mica*, em Namituko;

*Região aurifera de Rarico*, entre o Lugenda e os montes Mandimba, do massiço do Changuari, alem de signaes evidentes do precioso minerio em outros pontos.

Ferro e carvão! Eis o sufficiente para fazer a riqueza de um país.

## V

Deveria dizer alguma cousa sobre os habitantes indigenas d'estes territorios. Uma das memorias que vão ser apresentadas ao Congresso, dispensa-me, porem, de o fazer, tanto mais que esse precioso estudo encerra quanto até ao presente se tem escrito, acrescentado com as investigações proficientes do seu erudito auctor, o Sr. Ayres de Ornellas, que vejo presente nesta sala, e por isso aproveito a occasião para lhe prestar a homenagem devida ao seu trabalho.

Mencionarei, pois, muito a correr que o principal elemento de população, que se pode considerar aborigene em relação ás invasões

mais modernas, é constituído por um dos grandes grupos da raça bantu — os *macúas* —, sendo *macúas* os *makondes*, os *mavias* e os *lo-mués*. Os *ajaus*, com as suas sub-raças *machiningas* e *mazanigas*, são provavelmente também *macúas*. Da ultima grande invasão, a dos zulus, no primeiro quartel do seculo XIX, parece terem ficado os *magan-guares* e os *mafites*. Finalmente os *arabes*, os *sakalaves* e os *indianos* vieram misturar alguns, poucos, elementos ethnicos aos habitantes da costa e das ilhas.

Qual será a população dos territorios? Não ha elementos seguros para fixar um numero sequer approximado. Tractos se encontram, como o Mualia, o Metarika, e outros, onde os habitantes são numerosos; mas ha ainda vastas extensões quasi desertas. Em todo o caso a densidade da população parece ser pequena, como aliás em toda a Africa.

## VI

A transferencia da administração do antigo districto de Cabo Delgado para uma Companhia, cuja criação fôra auctorizada em 1891, só veiu a realizar-se em outubro de 1894. A esse tempo, como já disse, a administração effectiva, por auctoridades nacionaes, somente se exercia na ilha do Ibo e na villa de Palma, em Tungue, havendo, afora isto, apenas duas ou tres capitánias-móres, ao longo da costa, confiadas a indigenas.

Dos primeiros trabalhos da nova administração foi o estabelecimento de auctoridades regulares na parte mais septentrional da costa; criaram-se assim os novos *concelhos* de Tungue, Mocimboa e Quis-sanga; e mais tarde, em 1897, depois de diversas difficuldades, passou a villa do Ibo a ser definitivamente administrada pela Companhia, formando a ilha, com outras proximas e uma parte do continente, o *concelho* do Ibo; já anteriormente fôra estabelecido um posto militar em Pemba.

Em 1898 achava-se occupado todo o litoral, estabelecendo-se dois postos militares, na fronteira allemã, em Chunde e Naquidanga, e o do Lurio, na foz do rio d'este nome, no limite sul dos territorios, sendo de seguida criado o *concelho* de Pemba. No meado do anno seguinte occupava-se o Médo, estabelecendo-se ali um novo *concelho* e destacando-se um posto militar para o Mualia.

Entretanto iniciavam-se em Lisboa os trabalhos de uma expedição, ou antes de duas expedições parallelas, cujos fins eram por um lado estender rapidamente a occupação para o interior até ao lago Nyassa, e d'esta maneira acabar com as depredações do regulo Ma-

taka, e por outro lado lançar em Pemba as bases de uma povoação regular, que desde logo se planeou ser a futura capital dos territórios.

O Mataka! Aqui temos nós mais um exemplo do que eu classifiquei de erros convencionaes da nossa historia colonial — a exaggeração do poder da maior parte dos regulos africanos e a pratica de pretender destruir esse poder por *castigos e guerras*.

Sabeis o que é um *castigo*? Eu explico. Um negociante rouba ou maltrata um preto; uma auctoridade commette uma violencia, muitas violencias; uma tribu tem desavenças com outra; as queixas chegam aos ouvidos da auctoridade superior, faz-se marchar uma pequena força, a esta se aggregam (principalmente na costa oriental) indigenas que só da rapina e do morticínio vivem; chega-se ao local onde o acto incriminado se realizou; os culpados ou suppostos taes, fogem todos, ficando apenas algum velho, ou mais frequentemente alguma velha; a força apodera-se dos gados, tala ou destroe as plantações, queima as palhotas abandonadas; e retira triumphante. É um *castigo*.

Se a força é mais numerosa, se é necessario empregar contingentes europeus, se custa muitas centenas de contos de réis, chama-se uma *guerra*.

As vezes os *castigos* não se realizam em completo socego; pois que no regresso á costa os pretos que tinham fugido, veem no encalço da força, envolvem-na e causam-lhe perdas.

Não se pense que, no que deixo dito, pretendo de modo algum amesquinhar ou deixar de reconhecer as virtudes militares de que tantas e tão invejáveis provas teem sido dadas em Africa. Não! Admiro e applaudo gostosamente essas virtudes; reconheço que ellas são um seguro penhor de que, no momento opportuno, os Portugueses saberão mais uma vez defender a sua independencia aqui, como sabem vencer alem. Mas o que eu desejaria, é que não fosse necessario applicar essas virtudes contra negros; o que eu desejaria, é que em Africa se empregassem meios taes que a nossa acção politica, apoiada, sempre que necessario fosse, na força, tivesse por principal fito avançar, sim, dominar, sem duvida, mas avançar e dominar pelos trabalhos colonizadores, de que os castigos e as guerras fossem apenas excepções, em ultimo extremo empregadas, e não a norma quasi constante, e sobretudo avançar para ficar, nunca para recuar e voltar ao ponto de partida.

E demais creio que a epoca de castigos e guerras vae acabando; sinto que cada dia se reconhece mais a necessidade de avançar com estradas, de occupar com obras, não esquecendo, bem entendido, as de fortificação, e sobretudo de civilizar com o exemplo. Talvez não

fosse pequeno incentivo a criação de uma Ordem especial para esses serviços; a auctoridade que promovesse a construcção de 20 kilometros de estradas, o particular que estabelecesse uma nova fazenda agricola de certa grandeza, seriam cavalleiros; por 50 kilometros de vias de communicacão, por uma região nova arroteada, por um campo mineiro em plena exploração, dar-se-hia a commenda; e assim por diante... Temos o Merito Agricola; porque não teriamos o Merito Colonial?

Mas tudo isto veiu a proposito do Mataka. Eu sempre cuidei que o poder d'este regulo se exagerasse muito, que nem elle, nem a organização militar dos seus subditos, se podiam comparar com o que se observava em Gaza; pensava (e é claro que não pensava assim por adivinhação ou palpite, mas por informações que reputava seguras) que a submissão do Mataka ao dominio portuguez era empresa que só offerecia de difficil a distancia da costa ao Muembe. Entretanto, foi reputada urgente uma expedição militar contra o Mataka. Aqui, nesta sala foi ella narrada e justamente exalçada; ali estão, tropheus apreciaveis, uma bandeira encontrada no Muembe e um ornato da porta principal da residencia do regulo; de maior proveito foi o primoroso trabalho cartographico do tenente Terry, de que está presente uma copia; como occupação ficou só o forte D. Carlos, em Napulo, certamente porque nada mais foi possível occupar.

Pouco tempo depois a outra expedição militar avançava da costa, e successivamente, em poucos meses, occupava Nova Kissanga, nos montes Iaparata, em outubro do anno findo, Metarika, onde fundou o forte D. Luiz Philippe, em principio de dezembro, Mluluka na confluencia do Luamballa com o Lugenda, em fins d'esse mesmo mês, e Tambalale, na serra Mandimba, proximo da fronteira britannica, nos fins de janeiro do corrente anno; anteriormente, em setembro, uma força avançada, da policia, tinha atravessado os territorios da costa ao Lago, e nas margens d'este occupou desde logo o posto de Luan-gua, d'onde pequenos destacamentos seguiram ao longo do Lago, sem encontrarem, como o grosso da columna não encontrou tambem, a menor resistencia. E até, diga-se de passagem, esta carencia de feitos militares parece que não foi bem vista algures.

O Mataka, já fugitivo desde a anterior expedição, perdeu rapidamente todo o prestigio; as tribus que elle dominava pelo terror vieram prestar vassalagem á columna; ha todas as razões para erer que o regulo se encontra nas margens do alto Rovuma, e talvez tenha já passado para o territorio allemão.

D'esta maneira se realizou, *grosso modo*, a occupação de uma larga faixa dos territorios desde Pemba até ao Lago. A seguir se

criaram tres novos concelhos, de Mtarika, de Amaramba (ou Fronteira) e do Lago, cujas areas, evidentemente provisórias e em grande parte indeterminadas, podeis ver no mappa que tendes presente, juntamente com a distribuição dos outros concelhos.

Está ali a occupação nacional, representada por auctoridades portuguezas; rudimentar, titubeante, sem duvida. Mas está. Que as energias coloniaes se aproveitem d'ella.

E para que se veja como isto é apreciado lá fora, lerei o que em um jornal de Londres, chegado ha dias, foi publicado:

«A Agencia Reuter communica, conforme as ultimas noticias do Nyassaland, que tudo está um socego na Africa central britannica. Nos ultimos doze mezes um certo numero de postos portuguezes foram estabelecidos na margem oriental do lago Nyassa, em territorios que até então nunca tinham sido effectivamente administrados pelos portuguezes. Cerca de cinco guarnições foram collocadas ao longo da fronteira portuguesa, e da presença d'ellas já resultaram grandes beneficios para os inglezes, por isso que impedem as invasões pela fronteira, que anteriormé causavam tanta perturbação».

## VII

Direi agora duas palavras a respeito de Pemba.

Esta bahia é incontestavelmente o mais vasto e mais seguro porto natural de toda a costa oriental da Africa; basta considerar que ella mede cêrca de 45 milhas quadradas de superficie, offerecendo em metade d'esta area fundeadouro entre 6 e 30 braças. Como se pode ver nos planos que estão presentes, a entrada da bahia não tem mais de 2 milhas de abertura; na ponta de Said-Aly, que determina essas entradas pelo N. foi construido um pharol; a ponta Pira, que a limita pelo S., prolonga-se numa península que attinge mais de 90 metros de altitude; foi nessa península que se fundou a cidade de Porto Amelia, e é justamente proximo d'ella que se encontra o melhor fundeadouro, em 6 braças a menos de 300 metros da praia, e perfeitamente abrigado dos ventos dos quadrantes SE. e NE.

A cidade de Porto Amelia foi planeada em amphitheatro subindo da beira-mar ao longo da encosta; em baixo fica a parte commercial com a ponte que deve ser ao mesmo tempo a testa do caminho de ferro, em cima a parte destinada a habitações, estabelecimentos de administração e outros. Encontram-se ali dois elementos essenciaes para as construcções civis: pedra e cal; e ha perto madeiras que tambem podem ser aproveitadas. Não abunda a agua, que terá de

vir de longe, e que por emquanto se usa principalmente destillada; mas este senão é, considerado de outro modo, quasi um bem, pois elle mostra a ausencia de pantanos.

De Porto Amelia deve partir o caminho de ferro, que, atravessando os territorios desde o mar até ao Lago, os valorizará e tornará de facil accesso para as empresas coloniaes. O primeiro levantamento rapido d'esta grande via de communicacão, que não mede menos de 760 kilometros, está feito ha já alguns annos entre a bahia e o Lugenda, como podeis ver na planta que está presente; todas as informacões são concordes em que esta primeira parte da linha offerece grandes facilidades de construcção; o resto, do Lugenda ao Lago, por ter de atravessar uma região montanhosa, não será tão economico, mas nem por isso offerece difficuldades grandes, como ultimamente se verificou.

Um dos illustres conferentes que me precedeu traçou aqui o plano geral das grandes linhas de viação accelerada em Africa. Direi de passagem que um viajante-geographo hollandês do seculo XVII já escrevia sobre a possibilidade de se realizar a ligacão por terra entre o Cabo e o Egypto, e era tal o conceito que esse escritor fazia da nossa força de trabalho no Ultramar que não hesitou em dizer: «Uma tal obra só os portuguezes a podem levar a cabo». Que lição para os que, fora e dentro das nossas fronteiras, tanto se comparam em nos malsinar!

Mas, deixando philosophias, e recordando o que já escrevi algures sobre o assumpto, direi que «o caminho de ferro transafricano, saído do Cabo, passando ao longo do Transvaal, atravessando a Rhodesia, e subindo á região dos lagos centraes, onde mais tarde o irá encontrar a linha que de Alexandria vae ao Cairo, do Cairo irá a Khartum e de ahí seguirá até Uganda, essa colossal empresa, reputada sonho ha bem pouco tempo ainda, está em via de realizar-se rapidamente. Mas o transafricano, espinhal medulla do Continente Negro, gigantesco tronco da circulaçãõ africana, seria inutil ou pouco menos, se não houvesse ramos que a espaços d'elle bracejassem, servindo a um tempo de derivadores e de contribuintes do seu immenso trafico. Ora em taes condições estão o caminho de ferro de Lourenço Marques, prolongado através do Transvaal, o da Beira até Salisbury e sobretudo o de Pemba ao lago Nyassa.

«A este ultimo pertencerá não só drenar os extensos territorios do Nyassa portuguez, os campos do carvão, as matas da borracha e as plantações do café, como ainda levar ao grande tronco e d'elle trazer, mediante curta travessia no lago, o movimento do interior africano em relaçaõ a uma grandissima area».

Vê-se, pois, que este caminho de ferro é a grande obra que se deve propor a Companhia a quem foi confiada a administração dos territorios. Muito poderia dizer sobre as consequencias de tal empresa, mas o tempo corre, e por isso termino já este rapido esboço para empregar os poucos minutos que me restam, em algumas considerações que me parecem a proposito.

## VIII

Uma das mais importantes partes que o grande problema da nossa colonização africana abrange é o da população emigrante que para esses territorios convem dirigir. E assim, reatando o curso das breves considerações feitas no começo d'esta palestra, lembrarei mais um dos *erros convencionaes* da nossa critica colonial: é o que se traduz pela expressão — *desnacionalização dos nossos territorios*.

Parece que para certos espiritos, demasiadamente ciosos do que supõem ser condição essencial do nosso poder ultramarino, a colonização dos territorios africanos que nos pertencem não pode, não deve, não tem que fazer-se senão com elementos genuinamente portuguezes. Quereriam, se bem os entendo, que nas cidades os predios, os estabelecimentos de commercio, os bancos, os hoteis, fossem só de portuguezes; que nos sertões as fazendas, as minas, as vias de comunicação só por portuguezes fossem possuidas, só para portuguezes dessem lucro e beneficio. E porque assim não succede, porque estrangeiros vão lá e compram e negociam e ganham, exclama-se então que as nossas colonias se *desnacionalizam* e que a todo o transe é necessario remediar tão grande mal.

Pois, Senhores, isso que se pretenderia conseguir é completamente *impossivel*. Nunca se fez, não se faz, nem se pode fazer.

Um d'esses criticos estrangeiros, a quem no principio alludi, que, de boa fé e de bom e profundo estudo, reconheceu a grandeza da nossa acção ultramarina, Walter F. Lord, o erudito auctor do livro intitulado *The lost Empires of the modern World*, mui sensatamente aponta a causa principal, se não a unica, da queda do nosso imperio do seculo XVI: *Portugal não tinha gente*; quer dizer, Portugal, com tres milhões de habitantes, se tanto, não tinha, não podia ter, o numero sufficiente de soldados para manter um tão descompassado imperio como esse que se estendia desde o Amazonas até ás Molucas. E se não tinha soldados, como havia de ter agricultores, commerciantes, mineiros para tudo assambarcar? Por isso desde o começo os estrangeiros foram acolhidos nas nossas empresas coloniaes, a co-

meçar nos Açores, cujas ilhas occidentaes foram arroteadas por flamengos<sup>1</sup>.

A emigração é um phenomeno social que não se pode forçar; quando muito poderá dirigir-se por meios suaves e com apropriada preparação; mas querer á força, de um momento para outro, levar para Africa a população portugueza que ora se dirige para a America, exigiria meios despoticos, que reputo impossiveis, e quando porventura não o fossem, daria resultados negativos.

Ora creio ter mostrado já que, em posse effectiva e real, o nosso actual imperio africano pouco menos é que o imperio completo do seculo XVI, limitado a feitorias nas costas e ao longo dos rios. A differença dos tres milhões de portuguezes da metropole de então para os cinco milhões de hoje está bem longe de nos fornecer *homens*, materia prima da occupação, para encher todas essas regiões. Criar populações novas, puramente portuguezas, livres de enxerto indigena nas regiões africanas, que assim façam augmentar rapidamente o numero de brancos portuguezes, é apenas um bom desejo, mas pouco menos é que uma utopia. Temos então de reconhecer, franca e lealmente, que nos é indispensavel abrir as portas ao elemento estrangeiro para podermos andar depressa nessa occupação tão necessaria.

E não se pense que esse elemento é de uma origem unica: não; as estatisticas dos talhões concedidos na Beira e em Porto Amelia mostram-nos que ali apparecem italianos, suecos, austriacos e até gregos e turcos! Sabeis quem anno a anno invade a Argelia e a Tunisia? Hespanhoes e italianos. O Tonquim francês... é colonizado por allemães. No Brasil entraram só em 1896 cerca de cem mil italianos e de doze mil austriacos.

Isto mostra que as novas terras não podem de modo algum ser fechadas a quem não seja da nacionalidade do soberano politico. Isto mostra que a população immigrante, a grande massa colonizadora, a que ha de levar ali o esforço do seu braço, o poder da sua especulação commercial, o capital indispensavel, sem o qual não ha vontade que vença, nem robustez physica que resista, esses elementos vitaes de colonização teem de ser fatalmente *cosmopolitas*, sem que seja li-

<sup>1</sup> Alguem me observou que a população indicada por Lord (obra citada, pag. 35) era exagerada. Effectivamente, segundo Balbi e Rebello da Silva, a população de Portugal no seculo XVI nunca teria excedido dois milhões; se assim foi, ainda mais colhe o argumento de Lord. Mas devo lembrar que o sr. Gama Barros, o profundo investigador da *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, diz (tomo II, pag. 300): «O exame d'estes factos induz-nos a crer que, ao findar o seculo XV, o numero de 3.000.000 de habitantes se deve reputar o mais approximado da verdade».

cito sermos exigentes em destrincas de nacionalidades originarias, as quaes, a experiencia o mostra, não tardam em obliterar-se e fundir-se numa nova população, ligada pelo intimo laço de ganhar a sua vida.

Mas a soberania? A soberania mantem-se se houver uma cousa: bom governo. E para haver bom governo em população de tão desvairadas origens, outra cousa é necessaria: probidade dos administradores locais e justiça imparcial.

Por isso, senhores, uma necessidade urgentissima da nossa administração colonial é uma boa lei de *naturalização*. Como não é possível fechar as portas ao estrangeiro, necessario se torna naturalizá-lo. O que se passou no Transvaal em ponto grande, o que se passa na Beira em menor escala, tudo está indicando a oportunidade d'esta medida. Não vi a idéa trazida a lume nos trabalhos preparatorios do Congresso; talvez ainda appareça devidamente desenvolvida; por mim entendi que devia apresentá-la.

Fala-se muito em fazer administração colonial em *bases scientificas*. Aceito a idéa, mas é necessario definir os termos. Se por bases scientificas se entende o conhecimento, quanto possível exacto, dos diversos elementos ethnographicos, mesologicos, chrematicos, technicos e politicos que entram na complicada acção do colono, usando de capitães e empregando braços, e na acção não menos complicada do administrador, fiscalizando, guardando e promovendo o desenvolvimento colonial; se por bases scientificas se entende o conhecimento certo e a critica imparcial dos antecedentes historicos de cada colonia, temperada essa critica com a indispensavel applicação das leis da evolução, em virtude das quaes o que numa epoca é bom e possível, noutra occasião será mau e irrealizavel; se essas bases scientificas forem usadas principalmente pelos dirigentes ou pelas grandes empresas, mas sem coarctar demasiadamente a liberdade individual, mesmo a liberdade de desacertar para aprender á propria custa, então aceito a expressão, porque aceito a idéa.

Mas, se por *bases scientificas* se pretende estabelecer um *systema ferreo*, a cujas regras inflexiveis todas as applicações do esforço individual hão de sujeitar-se; se um mal entendido espirito de *generalização*, bom nos livros de doutrina e nas syntheses de estudo, mas de effeitos por vezes altamente perniciosos na pratica, houver de influir nos actos da colonização e da administração, até ao ponto de violentar a natureza das cousas e pretender annullar a iniciativa particular; então a Historia mostra-nos que sobre taes bases, por mais scientificas que pareçam, nunca se poderá architectar construcção colonial que dure.

E depois, respondam-me aqui bem sinceramente, porventura a

*sciencia* já disse a ultima palavra em diversos problemas coloniaes, alguns de ordem capital? — A raça branca é ou não acclimavel em algumas das regiões da Africa? Em quaes? Quanta diversidade nas opiniões a este respeito! — Os indigenas da Africa são ou não susceptiveis de se elevarem ao nivel da civilização? Ha opiniões scientificas pró e contra. — Dado o caso de que o indigena seja susceptivel de cultura, deve-se ou não excitar esse ascenso? É um bem ou um mal o cruzamento com elles dos povos que exercem a soberania? Creio que scientificamente se responderá a estas duas perguntas de maneiras muito diversas.

De perguntas como estas foram feitas as theses do nosso Congresso. Ora já aqui se disse, e decerto ninguem poderá pensar o contrario, que não se deve esperar que o Congresso resolva definitivamente cada um dos problemas que essas theses encerram, nem mesmo aquellas que, de entre tantas, porventura venham a ser discutidas. Se, porem, algumas soluções opportunas, de proveito de occasião, forem apresentadas, se alguns d'esses multiplices problemas forem, não direi resolvidos, mas bem postos, desbastados, já o Congresso terá feito obra de prestimo.

Para dar um exemplo frisante, citarei um só d'esses problemas. Ensina-se scientificamente que Portugal é um povo maritimo; encontram-se na infusão do sangue arabe e do sangue normando os elementos ethnicos de uma raça navegadora; estuda-se na constituição do seu territorio uma applicação da *lei dos litoraes*; mostra-se como a Historia confirma esses dados scientificos, pois que Portugal desvendou os segredos do Mar Tenebroso e continuou sempre navegando até o meado do seculo que findou, a ponto de ainda em 1867 contribuir com a sua quota parte para a libertação dos estreitos do Sund, porque então ainda navios nossos iam ao Baltico; observa-se que os nossos marinheiros ainda hoje são destemidos e sobrios, e que a carta de piloto continua a ser disputada por dezenas de portuguezes; vê-se que os pescadores da nossa costa vão, em barcos pouco seguros, lançar as redes muito fora do nosso estreito planalto continental, e vão em navios de pequeno lote pescar o bacalhau no Banco, e que os nossos açorianos são dos bons arpoeiros da baleia; insiste-se em que um país colonial deve ter navegação mercante sua propria; tivemos um imperio colonial, porque tivemos marinha; temos ainda colonias, logo devemos ter marinha mercante...

E não temos; e no outro dia os ultimos navios de uma empresa de navegação nacional foram vendidos por preço vil a estrangeiros, que lhes acharam prestimo, porque por esse mesmo preço não tiveram compradores em Portugal, devido (disseram os jornaes) a que

certo marítimo fôra nomeado piloto da barra do Porto em vez de outro!

Porque será? Como explica a sciencia este estranho phenomeno?

Aqui me acode aos labios um nome. Pereira de Mattos, que brevemente ides ter a satisfação de ouvir nesta sala, é um elemento de propaganda a favor da marinha mercante. Elle vos dirá o porquê da sua decadencia, elle vos proporá os meios que entenda necessarios para a sua reconstituição. Oxalá seja escutado e seguido; oxalá esse elemento indispensavel do nosso progresso colonial possa brotar rapido do estudo de Pereira de Mattos.

## IX

Sr. Presidente, sinto que demais tenha abusado da bondade de V. Ex.<sup>a</sup> e d'aquelles que me conferiram a honra de vir aqui esta noite para dar benevola attenção a quem conhece não a merecer. Sinto que não tenha correspondido cabalmente á espectativa que porventura teriam feito nascer as palavras elogiosas com que o illustre presidente d'esta assembléa se dignou apresentar-me a ella. Sinto que não terei conseguido agradar a muitos, como seria meu desejo, porque tenha expellido desassombradamente opiniões que não perfilham.

Uma cousa, porem, posso affirmar convicto: é que no delineamento d'esta minha desvaliosa palestra procurei não offender ninguem, mas procurei tambem dizer sem temor o que realmente penso. Inimigo dos paradoxos, talvez porque o nenhum brilhantismo dos meus pensamentos me inhibe de lhes dar forma attrahente, direi com sinceridade que nem creio na decadencia da nação portuguesa, nem tenho pena de ser português. Mas tambem não entendo que o patriotismo se deva macular com o *catonismo*, com a maledicencia de tudo e de todos, que as mais das vezes não é senão a mascara da impotencia para fazer qualquer cousa util e boa. Catão, oxalá pudesse eu sê-lo, como procuro, commigo mesmo; quantos haverá, tão perfeitos nos seus pensamentos, nas suas palavras e nas suas obras, que o possam ser com os outros?

Por isso, Sr. Presidente e meus Senhores, eu creio na obra do Congresso, porque sei que é uma obra de boa fé; porque o Congresso, como muito bem disse o meu illustre collega que iniciou a primeira serie d'estas conferencias, e eu entendo dever repetir e affirmá-lo bem alto, o Congresso não é, não quer ser, obra de censura a ninguem nem a cousa alguma, mas sim um esforço no sentido de tirar do bem e do mal que anteriormente se praticou a necessaria e possivel lição

para o progresso das nossas colonias e com elle da nossa santa patria, que por ellas vive. Por isso, depois de tantos espiritos cultos e experimentados terem vindo aqui enriquecer-nos com o producto do seu vasto saber ou com as joias das suas impressões pessoaes, vim eu, que nada valho, dizer-vos cousas que certamente conheceis já. Vim, porque me pareceu que cumpria um dever: o do soldado ao ouvir o toque de sentido.

Disse.

VICENTE ALMEIDA D'EÇA.

